

ACTA N.º 11
MANDATO 2005/2009

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, nos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2006.12.15 e 2007.01.19; -----
2. Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários: -----

2.1 Apresentação do Relatório das visitas aos Empreendimentos Sociais de Valongo: -----

2.2 Apresentação e discussão do Relatório Final; -----

3. Apresentação e discussão do Relatório das visitas, efectuadas pelos Membros da Assembleia Municipal, às Freguesias do Concelho de Valongo; -
4. Discutir e Votar Propostas da Câmara Municipal sobre: -----

4.1 Taxa pela emissão do Certificado de Registo do Cidadão da União Europeia, nos termos do artigo 29º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto – Aprovação; -----

5. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Estiveram também presentes o Senhor Vice-Presidente da Câmara, João António de Castro e Paiva Queirós, e os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. --- Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal José Manuel Pereira Ribeiro e Manuel Sousa da Silva Cavadas, respectivamente pelos Membros da Assembleia Municipal Maria Esmeralda Correia de Carvalho e Idália Moreira Marques. ----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início à sessão. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, Henrique Jorge Campos Cunha**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu a palavra aos Senhores Munícipes que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Munícipe João da Silva**, fez a leitura de um abaixo assinado que

se anexa à presente acta como Doc.1. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início ao período antes da ordem do dia. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** procedeu à leitura de um requerimento, que se anexa à presente acta como Doc.2. -----
De seguida, falou sobre a questão dos parquímetros, tendo questionado de quem é a culpa de, passado mais de um ano, continuar a mesma situação: saber se se paga ou se não se paga. Referiu que a sua maior preocupação é sobre a leitura que fez dos documentos, do Caderno de Encargos e da Escritura que foi feita depois da adjudicação ao Concessionário, tendo indagado da razão para a Câmara Municipal de Valongo não ter usado o consignado nesses documentos e não ter feito cessar o contrato de concessão à Concessionária. Exemplificou alguns aspectos passíveis de o permitir que tal mecanismo fosse accionado: -----
“É ou não verdade que a entrada em funcionamento do Parque de Estacionamento de Ermesinde e a requalificação dos seus terrenos deviam estar concluídos num prazo de doze meses após a celebração da escritura? A escritura foi celebrada em dois de Março de dois mil e quatro. -----
É ou não verdade que o funcionamento dos parquímetros em Ermesinde, a sua exploração, só podia ser feita nove meses antes da entrada em funcionamento do parque de estacionamento subterrâneo? Se o parque ainda não entrou em funcionamento, como é possível que se tenha começado a cobrar os parquímetros na via pública há mais de dois anos, quando só se devia cobrar nove meses antes da abertura do parque subterrâneo? -----
É ou não verdade que a Câmara de Valongo podia accionar os pontos dois ponto cinco e dois ponto seis do Caderno de Encargos e aplicar a rescisão do contrato? -----
É ou não verdade que nos deveres do Concessionário, no ponto nove do Caderno de Encargos, este é obrigado a apresentar relatórios trimestrais? Apresentou? Gostaria de os conhecer, se os apresentou, e o porquê deste impasse -----
Estar à espera de um estudo económico a apresentar pela empresa concessionária? Os relatórios não eram demonstrativos? Ou nunca foi apresentado nenhum relatório? -----
É tempo de tudo ficar esclarecido, bem como a evolução da redacção que levou do Caderno de Encargos que apontava que em Ermesinde, nos terrenos do parque de estacionamento, seria possível a construção de equipamentos. -----
Relativamente à história do terreno que foi da Junta Freguesia de Ermesinde, que não pôde ser ali construída porque nem equipamentos era possível, e depois na Escritura a redacção passa a ser ‘para serviços e actividades económicas’, isto precisava de melhor esclarecimento. -----
Porque é que não se cumpre aquilo que está legislado, que é que as taxas

são da responsabilidade da Assembleia Municipal? -----
Mais uma vez a concessionária, no meu ponto de vista, cometeu uma infracção àquilo que está consignado no Caderno de Encargos e que estava consignado na Escritura de concessão do serviço”. -----
O Deputado referiu também que, na Freguesia de Campo havia duas ou três crianças de Moirama que continuavam sem transporte. Frequentando as crianças a Pré-Primária, a Câmara não tem essa obrigação, mas então como justificar que a Câmara, segundo o Relatório, tenha providenciado transporte para outras crianças e não para essas? -----
Perguntou o que é que a Câmara sabe relativamente ao Centro de Saúde de Campo. Conhecia a resposta a um Requerimento feito pelos Deputados do PCP na Assembleia da República, que referia a disponibilidade do Governo para construir um novo edifício na Freguesia de Campo. Indagou se a Câmara pretende disponibilizar algum terreno, embora não seja da sua responsabilidade, e se sabe quando é que vai começar a construção. -----
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** mencionou a existência de uma lixeira, que está a crescer, no Nó do Lombelho por trás da Escola, tendo sublinhado que já se referira a esse problema na sessão da Assembleia Municipal realizada em Alfena. Lembrou que a lixeira já fora detectada quando da visita da Assembleia Municipal à Freguesia de Alfena e que na altura chamara a atenção para que não se deixasse crescer. Todavia, na visita dos Deputados da Assembleia da República ao Nó do Lombelho essa lixeira estava muito maior, o que quer dizer que a chamada de atenção “caiu em saco roto”. Falava agora novamente na questão para que daí a uns meses não se lamentasse a existência de mais uma grande lixeira no Concelho. -----
Reputou a cerimónia de assinatura do Protocolo de Cooperação para a Despoluição do Rio Leça de “iniciativa positiva” mas reforçou a necessidade de se envidarem esforços no sentido de um acordo inter-municipal que abranja toda a bacia do Rio Leça, de montante a jusante. A iniciativa é positiva se, de facto, se fizer um trabalho de despoluição em todo o Rio. Acrescentou que, segundo um representante da CCDRN, decorrera uma reunião da Área Metropolitana do Porto para debater a despoluição do Rio Leça no mesmo dia, facto para o que solicitou justificação: “Porque é que a Câmara convoca a assinatura de uma iniciativa importante para o mesmo dia de uma outra iniciativa também importante, e que a Câmara devia estar lá presente, o tema era o mesmo, a questão da poluição do Rio Leça pela Área Metropolitana do Porto, que engloba os vários Municípios por onde passa o Rio Leça?”-----
O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, procedeu à leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.3. -----
O Senhor **Deputado António Artur dos Santos Pais** leu um documento, que se anexa à presente acta como Doc.4. -----
O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** disse que, relativamente aos

parcómetros, fora dito na Assembleia Municipal há um ano, por um Vereador da Câmara, que tinham sido dadas instruções aos Serviços de Fiscalização da Câmara para que não levantassem Autos de Notícia quanto ao estacionamento pago. Há um mês, quando se dirigiu aos Serviços, constatou que os mesmos desconheciam tais instruções, pelo que se aparecessem os avisos de estacionamento não pago era levantado o Auto de Notícia. Informou que tem na sua posse três avisos, com a curiosidade que um deles ser um talão da Câmara Municipal de Valongo o outro um aviso de Contra Ordenação da Empresa VE Gestão de Parques de Estacionamento, S.A., situação que afirmou não compreender. -----

Referiu-se depois ao anúncio de uma grande obra que está prevista há um ano e que fora anunciada com pompa e circunstância, e que presume que a esta hora já devia estar lançada a primeira pedra, tendo questionado qual o ponto da situação do Hospital Privado de Alfena. -----

Procedeu de seguida à leitura de um requerimento, que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** referiu que o Grupo Municipal do PSD/PP pretendia assumir uma posição política sobre a governamentalização da Empresa Metro do Porto. Explicou que a modificação do modelo de gestão dessa Empresa poderá ter implicações na marcha do projecto de expansão da rede e que, segundo o próprio Presidente da Comissão Administrativa, Dr. Oliveira Marques, está tudo pronto para avançar com a construção da linha de Gondomar e a duplicação da linha da Trofa, assim como a linha da Boavista, sendo que o início das obras apenas depende da luz verde do Governo. Leu excertos da Lusa, salientando afirmações do Dr. Rui Rio quanto à existência de consenso entre os Autarcas da Área Metropolitana do Porto quanto ao modelo de gestão, mas não quanto ao avanço da obra, tendo ainda relevado as afirmações do Deputado do PCP, Dr. Sérgio Teixeira, de que as Autarquias, através da Junta Metropolitana do Porto, deveriam ter voz activa e determinante na gestão do Metro do Porto. O Deputado Municipal continuou reiterando a necessidade de, no caso da Junta Metropolitana do Porto propor a celebração de um Contrato de Investimentos com o Governo, definir com rigor todas as obrigações das partes. Acrescentou da importância de ser rigorosamente definida a posição institucional do Governo e bem firmada a própria posição política do Partido Socialista, o que claramente não sucedeu, visto que Senhor Presidente da Comissão Distrital desse partido ainda não veio desmentir o seu acordo de princípio quanto à eventualidade da paragem das obras do Metro até ao segundo semestre de dois mil e nove, para além do que Senhor Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco Assis, manifestou uma divergência de fundo com o Governo, do seu Partido, quanto à eventual retirada do controle accionista da Empresa Metro do Porto à Junta Metropolitana do Porto. Referiu que é com essa última posição que o Grupo Municipal do PSD/PP está sintonizado. Procedeu de seguida à leitura de um

documento, que se anexa à presente como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares**, disse a propósito da intervenção que se pretende fazer no Rio Leça, assunto de que não poderia deixar de falar, face à extrema importância para Alfena e para os Alfenenses. Custou-lhe ouvir dizer que foi feito um bom número de circo ou que a única preocupação é tirar o protagonismo à Oposição. Não ouviu dizer “isto só peca por tardio, já devia estar feito há mais tempo”. Constatou sobretudo preocupações políticas, mas para além da política estão as pessoas e aquilo que anseiam. Por isso este é um projecto que abraça de alma e coração e que quer ver rapidamente implementado no terreno. Salvaguardando que se devem empenhar na despoluição do Rio todos os Concelhos da bacia do Rio Leça, lembrou que cada um vai fazer o seu trabalho e que este trabalho em concreto terá que ser feito por Valongo e não por Santo Tirso, Matosinhos ou Maia. Disse que não se tratava de um projecto que estava numa “prateleira no inferno”, como ouvira dizer, mas de um projecto que todos têm obrigação de acarinhar e nunca matar antes de sequer nascer. Afirmou que seria o primeiro, daí a um ano, a questionar o que efectivamente se fizera, mas sublinhou que entretantes estaria no terreno a trabalhar e prescindiria do mero discurso de circunstância. Apelou a que se evitassem comentários políticos em torno do assunto e reiterou que a população merece muito mais, que Alfenenses e Ermesindeenses merecem que esse trabalho seja feito e que tenha todo o sucesso. -----

Relativamente ao Hospital de Alfena, cuja apresentação foi feita com pompa e circunstância, espera que ainda com mais pompa e circunstância seja feita a apresentação do projecto, eventualmente em finais de Maio, princípios de Junho, e que seja então conhecida a sua versão final e o arranque de todo o projecto, que gostaria que estivesse pronto em termos físicos no final de dois mil e oito. -----

O Senhor **Deputado Alfredo Costa Sousa** referiu que, pelo apoio que tem dado a dois atletas ao nível da formação, tem constatado que nos Concelhos limítrofes de Valongo existem infra-estruturas desportivas muito funcionais, que permitem aos jovens desses Municípios praticar desporto facilmente. Teve conhecimento que em Paredes foi assinado um Protocolo para a criação de uma Nova Cidade Desportiva e gostava de ser informado pela Câmara da existência de intenções, estudos, projectos para alterar a situação ao nível das infra-estruturas no Concelho de Valongo, que, no seu ponto de vista, é caótica. Mencionou que os jovens merecem melhores condições, que todos têm responsabilidade no assunto e que a Câmara não quis, ou não foi capaz, ou esta maioria não quis ou não foi capaz, de em catorze anos produzir ao nível das infra-estruturas desportivas o que quer que seja para a formação e para a prática de desporto dos jovens no Concelho. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** usou da palavra para falar sobre o Rio Leça, tendo sublinhado que todos são poucos para resolver o problema de despoluição desse Rio. Mais informou ter em sua posse um

documento da CCDN em resposta a um requerimento que fez relativamente ao Empreendimento na Resineira. Explicitou que o requerimento fora apresentado não só à Câmara, mas também à Direcção Regional do Ambiente e à CCDRN, tendo obtido respostas que não o haviam agradado. Procedeu à leitura da resposta enviada pela CCDRN: -----
“Assunto: Obras em terreno marginal ao Rio Leça – Ermesinde – Valongo. ---
Relativamente ao pedido de esclarecimento de V. Ex.a, sobre a realização de obras num terreno marginal ao rio Leça, cumpre-me informar que, após visita recente ao local de técnicos desta CCDR, se verificou que as obras que estavam a decorrer não se encontravam em área afectada ao domínio hídrico, pelo que não careciam de licenciamento por parte destes serviços, nem contrariavam o parecer anteriormente emitido pela ex - Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais. -----
Assim, porque as obras em causa não afectam a área sobre jurisdição destes Serviços, não existe, para já, matéria que possa levar a uma intervenção por parte desta CCDR. -----
Mais informo V. Ex.a que deu entrada nesta Comissão de Coordenação um pedido de parecer sobre um projecto associado à operação de loteamento da empresa SOCER, estando actualmente em fase de apreciação.” -----
Prosseguiu afirmando que já todos se aperceberam o que está a ser feito junto das margens do rio, o projecto é para ser construído em leito de rio, em zona de cheia do rio. Frisou que a Câmara, todos os seus Membros e não somente os do Executivo, haviam aprovado esse projecto, e o Governo, através do seu Órgão Regional, diz que o que se está ali a passar não é anormal. Quando viu aquele muro que é um dique, a explicação técnica que lhe deram é que aquilo era sobre pedra e que a água passava sempre, por isso não iria funcionar como dique. Afirmou estar convicto que fora lá feito um aterro, que está junto àquele chamado muro de gavião, e que agora a água já não passa: na prática, fora aí construído um dique para depois as construções ficarem protegidas. -----
O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** disse ser o primeiro a querer a despoluição do Rio Leça. Considera ser importante que se faça alguma coisa, mas que não podia deixar de tomar posição sobre o que está a acontecer no Rio Leça. Fez a apresentação de fotografias das margens do Rio Leça que se anexam à presente acta como Doc.7. Reafirmou querer que se despolua o Rio e que entendia que não virá mal ao mundo que se detectem agora as fontes e que se comece a trabalhar nelas, mas que é obvio que o Rio começa-se a despoluir de montante para jusante. Disse ainda que não deveriam ser feitas obras nem parques enquanto o Rio não fosse despoluído e referiu que conhece uma Câmara que gastou milhares de contos em belíssimos parques junto ao Rio só que as pessoas não lá vão: “é dinheiro deitado ao lixo”. Deve-se identificar as fontes poluidoras, seca-las, tapa-las, existem lá umas caixas que espera não sirvam de esgoto mas que sejam para as águas pluviais. Comunga da necessidade de despoluir o Rio

Leça, que muito preza, mas que está a ser feito um aterro e que a Comissão de Coordenação, que escreveu isso, teria que explicar tudo, um Técnico da Comissão de Coordenação com quem falou não foi tão peremptório como a carta, e a Comissão vai ter que explicar porque não viu que há um aterro claro. -----

Relativamente à questão do Metro do Porto, referiu que decorrera um concurso internacional para realizar as obras, o que já sucedera quase na íntegra, faltando unicamente concluir uma: a da duplicação da linha da Trofa. Lembrou que no tempo do Governo de Santana Lopes, a pedido da Junta Metropolitana, haviam sido vetadas as novas linhas do Metro para Gondomar e Avenida da Boavista, entretanto fizeram-se novos estudos para essas linhas. As obras começarão na data que tem vindo nos jornais: dois mil e nove, porque é necessário fazer projectos, é necessário fazer concursos, porque ninguém quererá que se faça um ajuste directo de milhões e milhões de contos à Normetro, porque só assim é que seria possível fazer estas obras por ajuste directo. Quanto à questão do novo modelo de gestão, a proposta é de cinco elementos sendo três Executivos nomeados pelo Governo, dois Executivos nomeados pelas Autarquias, não Autarcas, e um Conselho Consultivo que engloba a Junta Metropolitana e os Municípios com interesses no Metro. -----

O Senhor **Vice-Presidente, João António de Castro e Paiva Queirós**, interveio dizendo que o Senhor Deputado Diomar estava enganado nas suas afirmações, pois que assistira à reunião de Presidentes de Câmara da última Junta Metropolitana, e o Senhor Deputado Diomar tem que procurar junto dos representantes do Partido a que pertence a verdade dos factos, que não é o que disse. Acrescentou que foi pedido sigilo a todos os intervenientes, porque há uma contra proposta que vai ser apresentada pela Junta Metropolitana ao Governo. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que a Assembleia Municipal fora marcada para aquela data designadamente a seu pedido, porque estava convencido que teria preparado para ser presente um processo relativo aos parquímetros. Referiu a existência de várias questões inter ligadas: o Regulamento de Trânsito, o Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, as Taxas e o Contrato de Concessão. Há quatro documentos que, ao longo dos últimos meses, têm sido analisados com competência e seriedade, nomeadamente por pessoas de empresas alheias à Câmara. Em face desses estudos, que a Câmara solicitou, e depois de reunir a informação que foi prestada, está em vias de concluir uma proposta de alteração desses quatro documentos. -----

Referiu que o Contrato de Concessão também teria que ser presente à Assembleia Municipal, mas que começaria pelo Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e pelo Regulamento de Trânsito. Afirmou que o processo estaria preparado para ir a Reunião de Câmara dentro de uma semana a quinze dias e certamente estaria apto a ser

presente à próxima sessão da Assembleia Municipal. Não era uma matéria fácil, que era complexa e envolvia vários documentos, mas a proposta que tinha preparada para fazer e submeter à Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, parecia-lhe uma proposta razoável e que reunia grandes possibilidades de que toda a gente perceba o que está em causa. -----
Sobre os parquímetros, pediu desculpa pois era para estar em discussão nesta Assembleia Municipal, mas de certeza absoluta que na próxima reunião da Assembleia Municipal viria a proposta. -----
Relativamente à questão que o Senhor Deputado Deolindo Caetano levantou no que diz respeito às crianças de Campo, que continuam sem transportes, a questão já lhe fora levantada no final do ano passado. Procurara então saber exactamente o que é que se passava com as crianças, e a razão pela qual não estavam a ser transportadas. Falara várias vezes sobre o assunto com o Senhor Presidente da Junta de Campo, que solicitara à Câmara que intercedesse. Teve oportunidade de lhe explicar, e a um familiar das crianças em causa, que fizera o pedido directamente à Câmara, que no verão transacto havia sido publicada uma nova lei sobre os transportes escolares, que exige uma série de determinadas condições para que os transportes possam ser efectuados. Ora, mediante a inexistência de veículos suficientes e adequados às novas exigências legais, a Câmara tivera necessidade de recorrer a Empresas Transportadoras para efectuar esse serviço, no intuito de preservar as crianças numa matéria tão sensível quanto a segurança. Daí que a Câmara tenha deixado de poder utilizar as suas viaturas, nas quais transportava praticamente todas as crianças que necessitavam, independentemente daquelas que a Lei obriga. Com o novo dispositivo legal, a Câmara viu-se obrigada a assegurar os transportes única e exclusivamente a que a Lei obriga, que é o das crianças para as Escolas Primárias que vivam a mais de três quilómetros do estabelecimento de ensino. Referiu que, pessoalmente, não estava de acordo com a Lei: se esta obriga ao transporte dos alunos do Ensino Básico, também deveria obrigar ao transporte das crianças que frequentam o pré-escolar, mas o facto é que assim não prevê o Decreto em causa. Para não criar um precedente não tinham maneira de resolver a não ser com injeção de despesa não prevista, a Câmara optou por não fazer transporte de crianças para a Pré-Primária. Ora, as crianças que o Senhor Deputado Deolindo Caetano se referiu são precisamente alunos do Pré-Primário, sendo que uma vive a oitocentos metros da escola ou duas vivem a oitocentos metros. -----
Apesar da Câmara não ser obrigada a transportá-las, averiguou na Junta de Freguesia e nos próprios Serviços da Câmara, se haveriam razões sociais para que as crianças fossem transportadas. Não sendo o caso, a Câmara não poderia criar um precedente, pois que certamente serão centenas as crianças que imediatamente se achariam no mesmo direito de serem transportadas para a Escola Pré-Primária.-----
Relativamente à questão do Senhor Deputado Alfredo Sousa, disse que o

Senhor Deputado ou não é do Concelho ou anda muito distraído, face à afirmação de que a Câmara em catorze anos não construíra Equipamentos Desportivos. Referiu que na Freguesia onde o Senhor Deputado Alfredo Sousa mora existe um pavilhão novo, inaugurado há cerca de um ano, na Freguesia de Sobrado existe outro Pavilhão novo e em todas as Freguesias, à excepção de Alfena, existe um Pavilhão Gimno-Desportivo. Existe ainda uma Piscina Municipal em cada uma das Freguesias. Acrescentou que a Câmara continua a apoiar exclusivamente a formação de Atletas, optando por não apoiar profissionais. Sublinhou que a Política Desportiva da Câmara vai continuar a ser essa, pelo menos enquanto for responsável e esta Câmara estiver à frente dos destinos do Concelho, persistirá a aposta na formação de atletas. Fazendo-o directamente e indirectamente através dos Clubes e das Associações, em dois mil e seis foram apoiados mil trezentos e dez Atletas de formação, prevendo-se em dois mil e sete um aumento do apoio às camadas jovens. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** disse que o Senhor Deputado Deolindo Caetano se referira, a dado ponto da sua intervenção, à questão das construções do Parque Urbano de Ermesinde. Esclareceu que essas construções se destinam a equipamentos, portanto nada mais poderá ser feito ali, conforme definido em PDM. Acrescentou que quem considera equipamento não é a Câmara: é a Lei que o define claramente. -----

Relativamente à lixeira do Nó do Lombelho de que falou o Senhor Deputado António Monteiro, agradeceu a referência e referiu ter conhecimento dessa e de muitas mais, pois que a deposição ilegal de lixo nos montes ao longo do Concelho era precisamente o maior problema ambiental do Concelho. Referiu que esse é um problema muito difícil de controlar e que se o Senhor Deputado António Monteiro tivesse alguma ideia sobre uma forma exequível de resolução do problema, que a apresentasse. Claro que se a Câmara colocasse permanentemente, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, dois fiscais a vigiar a lixeira, seguramente que lá não seriam depositados mais entulhos, mas obviamente que tal não é praticável. Esse é, aliás, um problema que persiste em todos os Concelhos do País: Paredes, Gondomar, Penafiel, Paços de Ferreira, Matosinhos, Maia, todos se debatem com esse flagelo. Trata-se de um problema recorrente e de difícil resolução, que passa pela consciencialização das pessoas. -----

O assunto já foi discutido no âmbito da LIPOR, que engloba oito Concelhos da Área Metropolitana do Porto, e não é fácil a resolução. Apesar de tudo, a Autarquia vai colmatando essa dificuldade dentro das suas possibilidades. --- Referiu-se depois à intervenção do Senhor Deputado Luís Azevedo, que abordara a questão do Hospital de Alfena. Informou, a esse propósito, que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alfena estavam a acompanhar o processo muito de perto, mas que não deixava de se tratar de um projecto privado. Aliás, os promotores têm, de certa forma, que ser bem tratados, para

que não venham a arrepende-se de investir no Concelho. Ressalvou o grande interesse do mesmo para o Concelho no momento em que fecham Centros de Saúde e Urgências em todo o País. Acrescentou que fora recentemente feita a apresentação ao Presidente da Câmara do desenho de arquitectura, que não está completo mas já tem as linhas gerais concebidas, tendo o Conselho de Administração do Hospital vindo ao Centro Cultural de Alfena fazer a apresentação. Referiu que se previa que o projecto de arquitectura desse entrada na Câmara dentro de um mês, um mês e meio. --- Quanto à questão da SOCER, referida pelos Senhores Deputados Deolindo Caetano, Diomar Santos e António Monteiro, detectou várias contradições nas intervenções respectivas: o Senhor Deputado Diomar afirmara que se verificara desvio no leito, o Senhor Deputado Deolindo Caetano lera um ofício da CCDR que referia que as intervenções que estão a ser feitas não se enquadravam no domínio hídrico. Ora, fazendo-se intervenções fora do domínio hídrico é difícil alterar o leito: “ou se vai para o domínio hídrico ou se vai fora, portanto um dos dois está enganado”. Mais afirmou que estava ansioso por ver, nas fotografias entregues à Mesa, uma fotografia que mostrasse que o leito foi desviado, pois que não basta fazer a acusação, é preciso prová-la, pois só com evidências inequívocas se resolvem as questões, sob pena da dúvida persistir. Referiu também que teria sido importante que as afirmações do Senhor Deputado Diomar tivessem sido proferidas na presença de representantes da CCDRN e da Direcção Regional do Ambiente, para que se pudessem defender, visto que essas eram as entidades que legalizaram aquela componente da operação urbanística em causa. Afirmou que a parte que diz respeito ao Rio é da competência da CCDRN e não lhe pareceu bem que tenham sido mostradas fotografias que nem sequer são claras, o facto das mesmas exibirem as marcas das rodas na terra não revela nada fora do normal, visto que quando se arranjam as margens, tem que se chegar lá! O Deputado mais não provou, portanto, senão que a zona é muito bonita e ainda pode vir a ser melhor. ----- Referiu que na apresentação do Rio Leça havia sido dito que tinha sido criado um Conselho de Bacia em mil novecentos e noventa e quatro ou noventa e dois, o qual iria estudar o problema da despoluição do Rio Leça em dois mil e dois. Durante tanto tempo, andou-se a estudar a questão do Rio Leça e ninguém fizera nada em concreto, foi apresentado um plano de acção para o Rio Leça em dois mil e dois, estão em dois mil e sete, o Conselho de Bacia foi criado, foi criado o Plano e o Rio Leça continua poluído. Neste mandato o Executivo decidiu que era pertinente fazer uma parte do trabalho de despoluição do Rio Leça que atravessa o Concelho de Valongo, quer seja feito em conjunto ou não. Claro que, antes de mais, será imperioso detectar as fontes poluidoras. Embora possa parecer um trabalho simples, que o Senhor Deputado até desprezou, a verdade é que deve ser difícil porque se os rios estão poluídos é sinal que esse trabalho nunca foi feito, a Maia não o fez, Matosinhos o não fez e Santo Tirso não o fez, para falar especificamente

no Leça. Sublinhou que o Projecto não envolvia unicamente a Câmara: apesar de ter sido ela a lembrar-se dele e a ter a iniciativa, trata-se de um Projecto da CCDRN, da Câmara Municipal de Valongo, da Junta de Freguesia de Alfena, da Junta de Freguesia de Ermesinde, da QUERCUS, da DECO, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, da AMILEÇA e da LIPOR. Todos são responsáveis pelo trabalho de igual modo, cada um fazendo uma parte. Mencionou a existência de cinco patrocinadores, os quais foram apresentados durante a sessão pública, sendo que uns contribuem com trabalho, outros financeiramente. Esclareceu ainda que não havia decorrido qualquer sessão, conferência ou apresentação sobre o rio Leça simultânea à que teve lugar no Fórum Cultural de Ermesinde. Realizou-se, sim, uma reunião da Junta Metropolitana do Porto em Vila do Conde, para tratar de um outro tema: a reserva ornitológica do Mindelo. O Senhor Vice-Presidente representara a Câmara e o Senhor Presidente na última reunião da Junta Metropolitana e a dado ponto o Presidente da Câmara de Matosinhos, Dr. Guilherme Pinto, colocou a questão do Rio Leça, tendo o Professor Emídio Gomes explicado o contexto em que a Câmara de Valongo estava a tratar o assunto. Antes de avançarem para a concretização do projecto a Câmara teve o cuidado de o coordenar com a CCDRN, que faz parte dele, e que é mencionada em primeiro lugar no Protocolo. O mesmo sucedeu junto da Junta Metropolitana, tendo o Vereador falado várias vezes com o Dr. Álvaro Castelo Branco, coordenador do Conselho da Junta Metropolitana do Ambiente, assim como o Professor Emídio Gomes. -----

O Senhor **Vice-Presidente, João António de Castro e Paiva Queirós** disse ao Senhor Deputado Luís Azevedo que, no concernente ao Organigrama da Câmara, responderia por escrito. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que, relativamente à questão colocada pelo Senhor Município, iria apurar a questão e entraria directamente em contacto com ele. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** disse que, relativamente às crianças de Campo, tinha trabalhado na situação, tendo corrigido um aspecto da intervenção do Senhor Vereador Mário Duarte, em que socialmente a Junta não avalia. Que está previsto na Lei não está, mas há outra situação em Campo que a Câmara está a assegurar e que também não está prevista na Lei, que socialmente a Junta não teve nenhuma intervenção. -----

Relativamente às lixeiras, referiu que todos estão preocupados, Juntas de Freguesia e Câmara Municipal. Três semanas antes, existia em uma lixeira com quatro para-choques de automóveis, mas naquele momento já lá estavam dezasseis. Alguém teria que limpar, a Câmara Municipal ou a Empresa que está a trabalhar para a Câmara, pois que quem pôs lá a lixeira não o faria certamente, face à experiência que tem dessas situações. Quando aparecem meia dúzia de baldes de lixo ou de entulho num sítio, passado um mês ou dois tem lá um camião. Devia-se criar uma dinâmica,

com todos os envolvidos a tentarem ir limpando, contrariando as pessoas que estão a destruir o ambiente. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse, ainda a propósito do Rio Leça, que a requalificação e a despoluição do Rio Leça fazia parte do programa da CDU, o mesmo sucedendo no programa do Partido Socialista, pelo que não havia sido por acaso que apresentara o requerimento relativamente às construções que estão a ser feitas na Resineira. -----

Referiu ainda que os documentos que tem relativos ao Parque Subterrâneo de Ermesinde, a Escritura e o Caderno de Encargos, foram fornecidos pela Câmara. Referiu que o Caderno de Encargos mencionava no ponto um alínea b) - construção de um parque de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras incluindo equipamentos, e que da quarta cláusula da Escritura consta que a adjudicatária se compromete a executar a obra de construção do parque de estacionamento subterrâneo, incluindo a construção de um edifício à superfície, com o objectivo de desenvolver actividades económicas, comércio e serviços. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** disse que admite que o Senhor Vereador não tenha lido o documento, ouviu ler mas não o leu, e que não achava mal que se faça o que se fez. Referiu que quando em mil novecentos e noventa e quatro fora criado o Conselho de Bacia do Leça, não foi o Partido Socialista que esteve nesse Conselho de Bacia. Passaram dois Quadros Comunitários de Apoio e não se fez nada. Intervêm no Leça há muito tempo, nas alterações ao Plano Director um documento entre muitas coisas tinha um capítulo sobre a questão do Leça que ele fez, e mandou para a Assembleia da República, quando foi na passagem de Ermesinde a Concelho, Ermesinde e Alfena, onde um dos tópicos principais foi a despoluição do Leça. -----

Não houve mexidas no leito do rio, o problema não é mexer no leito do rio é mexer nas margens do rio, pois que ao mexer nas margens do rio obriga o leito a mexer-se. Lembrou que há uns anos, com esta Câmara, fora feito um parque de estacionamento na Churrasqueira de Ermesinde para as pessoas estacionarem o carro, atravessarem a ponte e irem jantar ou almoçar, perante o silêncio da CCDRN. Isso aconteceu, apesar da violação da Lei vigente, que não permite que se intervenha nos dez metros da margem e é insofismável que houve esse problema, não sendo necessária a presença de representantes da CCDRN. O Departamento da CCDRN que trata da matéria em causa teria que explicar, como teve que explicar um ano antes, porque é que autorizou, ou fechou os olhos à construção do parque de estacionamento da Churrasqueira. Só que o rio fora mais sábio, lavou e limpou numa cheia. Portanto, verificara-se uma mexida no leito do rio, quer se quisesse quer não. A sua dúvida é se não houve intervenção da Câmara, a Câmara não sabe, ou se a Câmara sabe e deixou passar e não interveio, apesar de ser essa a sua obrigação. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** afirmou que o

Conselho de Bacia foi constituído por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, nomeados pelo Governo, e trinta e quatro vogais, o Ministério da Agricultura, do Ministério da Economia, e tinha uma pessoa da Câmara de Valongo, uma pessoa da Câmara da Maia, trinta e quatro mais três trinta e sete. Eram um em trinta e seis, não se podendo esperar que eles conduzissem os trabalhos do Conselho Bacia, uma entidade produzida pelo Governo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou depois à discussão o *ponto 1. Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2006.12.15 e 2007.01.19*. Não havendo intervenções relativamente a esse, foi o mesmo colocado à votação, com os seguintes resultados: -----

Aprovação por unanimidade da Acta do dia 2006.12.15 -----

Aprovação por maioria da Acta do dia 2006.01.19, com vinte e sete votos a favor e cinco abstenções, em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----

Colocou de seguida à discussão o *ponto 2. Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários; 2.1 Apresentação do relatório das visitas aos Empreendimentos Sociais de Valongo; 2.2 Apresentação e discussão do Relatório Final*. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** procedeu à apresentação dos Relatórios da Comissão para Avaliação e Acompanhamento da Situação dos Bairros Camarários. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** procedeu à leitura de um documento, que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** leu um documento, que se anexa à presente acta como Doc.9. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** afirmou que, perante o relatório, e no seu ponto de vista, o saldo da criação da Comissão era positivo. -----

Relativamente ao Senhor Deputado João Paulo Baltazar, que diz que o problema foi o génesis, o génesis é o início de tudo, mas mesmo a esse propósito existem várias interpretações: há quem diga que o mundo se criou através do génesis, há a teoria de Darwin, e há a teoria das Sagradas Escrituras. Ele prefere o génesis. -----

Lera na Internet, numa mensagem que o Senhor Deputado João Paulo Baltazar lançara aos Jotas, que era tempo de virar de página. Só que ele ainda não virou a página, estão todos à espera que ele vire a página. O grande problema que se põe nos Bairros é o problema do seu acompanhamento, se os responsáveis não acompanharem e se deixarem degradar, quando se pretender recuperar os Empreendimentos, aí é que Câmara não terá possibilidade de o fazer. Era possível fazer várias leituras do Relatório. O Senhor Deputado Diomar fizera uma leitura simpática para a Câmara. Poderia ter pegado só nos aspectos negativos, e não o fizera,

provando que não era intenção daquela Comissão fazer política baixa, mas antes fazer o levantamento e pôr os problemas. Nessa sequência, gostaria de ouvir da parte dos responsáveis Camarários, da Vereação, o compromisso para com os problemas levantados. Não basta fazer um requerimento a solicitar os relatórios da Vallis Habita, têm esses relatórios em todas as Assembleias, mas acha importante que esse relatório seja distribuído a todos os Deputados, até para daqui a um ano poderem fazer uma análise do estado de conservação dos Bairros, não só conservação mas de habitabilidade, tendo referido que a qualidade de vida nos Bairros tem que ser muito melhorada. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que fez parte da Comissão de Acompanhamento dos Empreendimentos de Habitação Social. Que inicialmente votara contra a sua constituição, mas que aceitara fazer parte dela, o que fez com muito gosto. Referiu que se formara um grupo de trabalho excelente, com trabalho no terreno, feito por todos com muito empenhamento e com frutos. Disse que não tinha intenção de intervir neste ponto, visto que tinham discutido a apresentação dera a sua opinião no relatório final mas que, face a uma intervenção tão contundente como a do Senhor Deputado Monteiro, que é elemento da Comissão, e feita no momento seguinte à apresentação, dava a impressão de que foram ao terreno e descobriram que estava tudo mal, que há uma má gestão da maioria PSD, que tudo se tratou de uma especulação imobiliária sem escrúpulos. Referiu que estava convicto que o Bloco de Esquerda adoptaria um tal discurso independentemente de haver Comissão ou não, mas que não lhe ficava bem fazer esse discurso político quando todos haviam chegado à conclusão, nas reuniões, que tinham feito um trabalho de análise de uma realidade concreta, e procuraram, dentro do possível, que não fosse politizada. -----

Disse estar preocupado com os transportes na Serra Amarela, em Valmarinhas e em S. Bartolomeu, que são problemas que realmente afectam as populações e a sua qualidade de vida. Apesar dos problemas com humidades e fendas serem importantes, eles acontecem com normalidade, quer se trate de um Empreendimento de Habitação Social ou não. Os aspectos vertidos nos relatórios são extremamente importantes, em especial a vertente social, mas que a situação não é catastrófica como foi pintada pelo Bloco de Esquerda. Referiu que continuariam atentos à problemática da habitação social e que muito há a fazer, mas que as coisas não estão tão negras como às vezes as querem fazer passar. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** ressaltou que embora tal estivesse escrito no Relatório, a Comissão agradecia enfaticamente ao Director da Vallis Habita, Dr. Alexandre Garcez, ao funcionário da empresa, Sr. João Lino e à funcionária dos Serviços da Assembleia Municipal, Isabel Pereira, por toda a colaboração prestada, que foi muita. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro**, em resposta ao Senhor Deputado Arnaldo Soares, disse ter feito a devida destrição. Começara por dizer que, como Membro da Comissão, entendia que fora feito um trabalho sério empenhado, que era factual, que não inventaram nada, que houve colaboração de todos e bom ambiente no grupo de trabalho, o que marca o trabalho político da Assembleia Municipal, a contribuição que puderam dar à habitação social e às questões sociais no Concelho. Seguir-se-ia uma intervenção política, feita em nome do Bloco de Esquerda, que tem o direito de o fazer, e justifica a proposta política que o Bloco de Esquerda fez há um ano atrás. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto**, disse que relativamente ao património do IGAPHE não fora cedido gratuitamente à Câmara. Foi cedido com ónus, pois que a Câmara ficou com o património no pressuposto de manter rendas sociais e todos os restantes ónus, um património degradado, com processos em Tribunal, com a responsabilidade de todas as dívidas. A transferência não fora gratuita. A própria Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, assim como o INH, através dos seus Gabinetes Jurídicos, elaboraram um parecer em que davam conta de que a transferência não era gratuita. Fizeram-no, aliás, para justificar o motivo pelo qual a Vallis Habita não devia pagar o IRC que as Finanças queriam cobrar. Frisou que não compete à Vallis Habita dar apoio social, mas sim fazer a gestão de património. Quem dá o apoio social é o Serviço de Acção Social da Câmara. -----

Relativamente às Associações de Moradores, a Câmara fez ao longo do tempo enormes esforços no sentido de criar Associações de Moradores nos Bairros do IGAPHE Pereiras, Calvário e Saibreiras. Chegaram a ter Associações que de alguma forma foram incentivadas por eles, mas que acabaram por se extinguir, apesar da disponibilização de instalações para as mesmas. -----

Esclareceu que o Parque Infantil das Pereiras, que o Senhor Deputado referira que incompreensivelmente a Câmara retirara, assim fora a pedido dos moradores, formulado por escrito. -----

Quanto às obras nos edifícios resolúveis do Bairro das Pereiras, a Câmara elaborou um trabalho junto da Banca e um trabalho urbanístico, reuniu diversas vezes com os moradores dos Bairros no sentido de tentarem arranjar uma fórmula de conseguirem fazer a requalificação dos dois edifícios, que passaria pelo aumento das rendas, nivelando-as de forma justa. Todavia, e apesar do interesse de alguns moradores, não existiu consenso e não foi possível avançar. -----

Esclareceu que o Bairro do Outeiro de Linho não é da Vallis Habita, é um Bairro que é da Câmara e também para o qual, no mandato anterior, haviam sido elaborados dois projectos de requalificação, um com custos maiores e um com custos menores, que previam a demolição de tudo o que está ilegalmente construído, definindo aquilo que se podia construir, requalificando

os próprios edifícios. Foram feitas várias reuniões com os moradores, mas as expectativas haviam sido goradas por manifesta falta de vontade dos moradores. -----

O Senhor **Vice-Presidente, João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que, relativamente ao Bairro das Saibreiras, a Câmara estava a tentar uma solução junto do INH. Para o efeito, fora já realizada uma reunião com o Senhor Presidente do INH, no sentido de incluir uma requalificação do Bairro das Saibreiras, embora ele seja da Vallis Habita, mas certamente haveria a possibilidade de incluir a requalificação no programa PROHABITA. Tal envolverá encargos para a Câmara. Há um fundo perdido de quarenta por cento, quarenta por cento da taxa bonificada, devendo os remanescentes vinte por cento serem integralmente suportados pela Câmara. Informou que oportunamente daria conta do resultado dessas demarches junto do INH. ----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** afirmou estar convencido que todos os bairros têm ATL com WC, o Bairro de S. Bartolomeu tem uma sala de convívio sem WC mas não é ATL. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que se é uma sala de convívio é para crianças, porque as crianças estão lá nos horários pós lectivos e tinha lá mesas e cadeiras e todo o material que se encontra nos ATL. Será uma questão de terminologia, mas a função é exactamente a mesma. -----

No Bairro Padre António Vieira o que referiram foi que as crianças, para terem acesso às instalações sanitárias, tinham que subir escadas. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3. *Apresentação e discussão do Relatório da visitas, efectuadas pelos Membros da Assembleia Municipal, às Freguesias do Concelho de Valongo*, fazendo de seguida a apresentação do Relatório. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** fez a leitura de um documento, que se anexa à presente acta como Doc.10. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** disse que pretendia corrigir duas situações: uma delas é que na visita de Campo esteve presente e a outra é que é do Partido Socialista. -----

Pensa que a visita enriqueceu minimamente os participantes, mas que mal de um Membro de uma Assembleia que antes de aceitar o cargo não conheça minimamente o Concelho. -----

Sobre as acessibilidades, referiu que há uma acessibilidade que em Campo faz muita falta. Pensa que a Senhora Presidente da Assembleia se calhar não gosta, que é a Via Distribuidora. No Orçamento que foi votado pela segunda vez foi-lhe retirada verba. A Via Distribuidora não pode ser feita, porque a IC24 também parece que tem rodas, umas vezes vai para um lado, outras vezes vai para o outro. Acha que é de bom tom incluir nas acessibilidades o Nó do Lombelho, e pôr lá em letras gordas a Via Distribuidora, que é a obra de acessibilidade do Concelho que faz mais falta a Campo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que quando no Relatório é referido que os Deputados do Partido Socialista não estiveram presentes no dia vinte e dois, considerava a presença do Senhor Deputado José Carvalho da Rocha como Presidente da Junta da sua Freguesia, e não tanto como Deputado da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que, relativamente às visitas conhece mais ou menos o Concelho, mas se dissesse que conhece tão bem a Freguesia de Sobrado como a Freguesia de Ermesinde estaria a mentir. A partir das visitas ficou a conhecer muito melhor o Concelho. -----

A leitura que fez da ausência do Partido Socialista prende-se com a vontade de evitar um problema político, pois uma coisa é estar na Oposição e outra coisa é estar no Poder e se o Partido Socialista tivesse estado presente, poderia ter que assumir compromissos e posteriormente, na Assembleia da República, na altura da discussão do PIDDAC, terem algum problema em votar contra algumas propostas. Referiu que tal atitude o chocava: quando não está de acordo diz logo. E a verdade é que, enquanto Líder do Grupo Municipal do PCP, testemunhou que na Conferência de Líderes mais de uma vez a visita fora discutida e aprovada e nunca ninguém se opusera a ela nem disse que não estaria presente. Independentemente da estratégia política de cada Partido, lamentou a falta de explicação para a ausência inexplicada dos Deputados do Partido Socialista. -----

Tendo sido levantado um problema relativamente à diminuição de verba para a Via Distribuidora de Campo, referiu que a verba não diminuía, mas que passara de três vírgula cinco milhões de euros para três mil quinhentos e oitenta e quatro seiscientos e vinte e oito. Subiu, não diminuiu, está no Orçamento, essa é que é a verdade, a verba que está nos Planos Plurianuais, é essa que conta e é o seu preço. -----

Relativamente ao ano dois mil e sete, foi retirado quarenta e cinco mil euros, mas desses quarenta e cinco mil euros para a Freguesia de Campo saiu reforçada em sessenta mil euros para fazer a ligação entre Sobrado e Campo. A Freguesia de Campo foi beneficiada, porque a verba foi aumentada no Plano Plurianual e foi reforçada para a ligação entre Sobrado e Campo, esses são os números que estão escritos. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** disse, relativamente aos dois pontos que a Senhora Presidente apresentou, estão a falar para dentro. -----

As visitas da Comissão de Avaliação dos Bairros foram feitas por Deputados e as visitas às Freguesias foram também feitas pelos Deputados, mas estes assuntos, de futuro, deviam ser apresentados no Museu ou na Biblioteca. A Campo e a Ermesinde, não pôde ir, mas também não justificou porque não foi nem tem que justificar, aos convites vai quando quer e pode, não é obrigado a ir. -----

Ficou surpreendido que os problemas no Concelho que foram verificados pelas visitas dos Deputados às Freguesias não vão ser resolvidos por causa

da ausência dos Deputados do Partido Socialista, quer Municipais quer da Assembleia da República, com certeza não vão. -----

Pelos vistos vão ser resolvidos problemas como a reparação da M606, os quarenta por cento da construção ilegal em Sobrado está resolvido, quanto ao Nó do Lombelho, acha curioso porque já ouviu justificações, aliás promessas de fazer o Nó do Lombelho para traz e para a frente. Agradeceu um documento que lhe foi enviado, uma fotocópia do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações que diz na alínea b) - durante as negociações em dois mil e um, foi solicitado pela Câmara Municipal de Valongo a inclusão do Nó do Lombelho, proposta que não foi aceite pela Comissão de Apreciação de Propostas, por forma a não introduzir alterações ao estudo aprovado na fase de avaliação de impacto ambiental, que não inclui essa ligação. -----

Já desde dois mil e um, estão em dois mil e sete e continua-se a vender a hipótese do Nó do Lombelho, andam seis anos a enganar-se, pelo menos cinco, depois diz mais - que até ao valor foram feitos estudos económico financeiros - até está o valor que iria custar a distância entre dois Nós, o Nó de Alfena e o Nó da Senhora do Amparo, que dista cinco quilómetros, mais um Nó intermédio, às vezes parece que andam a deitar bolas fora, parece um jogo de futebol. -----

Referiu que tirar a ilação que os Deputados não estiveram porque tinha havido a aprovação do Orçamento, é grave. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que no Regimento da Assembleia Municipal, no seu artigo sexagésimo, primeiro ponto, número cinco, era explicitado que em relação ao funcionamento os Relatórios dos assuntos de cada Delegação, Comissão ou Grupo de Trabalho devem ser submetidos ao plenário da Assembleia, podendo intervir qualquer dos Membros da Delegação, Comissão ou Grupo de Trabalho, quando necessário ao esclarecimento da Assembleia. -----

As visitas não foram feitas sem objectivos, sem consequências, foram visitas de trabalho às Freguesias, tal como foram as visitas aos Bairros Sociais. -----

É importante que após cada iniciativa, cada projecto que se faça, seja feito um Relatório e exista um período de reflexão e análise sobre a iniciativa desenvolvida. -----

Como foi referido, é importante que todos conheçam o Concelho. Graças à presença dos Senhores Presidentes de Junta, muitas das informações foram muito mais aprofundadas, visto que conhecem bem a realidade local, e só quem vive o dia a dia de uma comunidade é que pode passar as informações mais precisas e objectivas sobre a mesma. -----

Foi discutido na Conferência de Representantes, todos os Líderes, pensa que os Líderes são porta-voz do seu Grupo Municipal, não estão ali em nome pessoal a dar as suas opiniões, e foi nesse sentido que as iniciativas foram para a frente. -----

O facto de considerarem estranho a anulação da visita dos Deputados do

Partido Socialista sem nenhuma explicação, deixa a cada um e à Mesa a possibilidade de fazerem a sua leitura enquanto não forem dadas explicações. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que, para marcar mais uma vez a sua posição em relação às visitas efectuadas às Freguesias, e a propósito da Senhora Presidente ter solicitado que os Deputados reflectissem sobre os efeitos dessas visitas, que a sua reflexão sobre a metodologia está feita há muito tempo. Não podem confundir visitas efectuadas às Freguesias, a convite ou por iniciativa da Mesa da Assembleia, convite dirigido aos Senhores Deputados para visitar as Freguesias para tomarem contacto com a carência de obras que serão da responsabilidade do Executivo da Câmara ou próprias das Juntas. Outra coisa é uma visita efectuada pelos Deputados da Assembleia da República, cujas carências detectadas serão da obrigação do Governo Central. São duas coisas completamente distintas. Não podem misturar uma coisa com a outra nem devem, porque isso é confundir as coisas. Sublinhou ter discordado desde o início com as visitas às Freguesias efectuadas por iniciativa da Mesa, por entender que, da forma que as visitas foram efectuadas, resultou um esvaziamento dos poderes e das competências dos Senhores Presidentes de Junta, essa sempre fora e continua a ser a sua leitura sobre a matéria. A mesma leitura não é feita em relação à visita dos Senhores Deputados da Assembleia da República, a qual lhe foi comunicada muito em cima da hora, e na qual só não esteve presente porque estava impedido face a afazeres inerentes às suas funções na Santa Casa da Misericórdia de Valongo. -----
Dá a ideia que estava tudo interligado quando isso não é verdade, nem assim pode ser -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, disse que a visita dos Deputados da Assembleia da República aconteceu na sequência das visitas efectuadas pelos Deputados da Assembleia Municipal e daí o facto dela vir referida no Relatório. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças**, disse que se era essa a metodologia, a Mesa deveria tê-lo anunciado previamente, quando formulou o primeiro convite para as visitas. Mas o facto é que nunca foi explicitado que as visitas terminariam com uma visita dos Deputados da Assembleia da República, verificando-se assim uma lacuna. Não podem confundir os Senhores Deputados da Assembleia da República não vêm dizer nada, nem fazer nada, nem decidir nada naquelas obras que são estritamente da responsabilidade do Poder Local, quer seja da Câmara Municipal, quer seja das Juntas de Freguesia. Dessas visitas não resultou nada de concreto que abreviasse uma ou outra obra que seja da responsabilidade da Câmara ou das Juntas de Freguesia, eles vêm tomar nota, quando muito, das obras que são da responsabilidade do Governo Central, não lhes interessa os buraquinhos que há numa rua ou noutra. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse lamentar muito sincera e

sentidamente a crítica virulenta e viperina da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e lamentou ainda mais a forma inflamada com que fez essa crítica. A Senhora Presidente pode pensar aquilo que quiser, dizia o poeta que já faleceu que 'não há machado que corte a raiz ao pensamento', é libérrima de fazer e pensar aquilo que quiser. -----

Perguntou o que é que adiantou a visita dos Senhores Deputados e dos Membros da Assembleia aos pontos que já estavam sobejamente visitados por toda a gente, que já fizeram correr muita tinta e que toda a gente conhece. Na estrada Municipal seiscentos e seis passaram lá mais que uma vez; a passagem de nível de Ermesinde com certeza que é um ponto crítico da cidade, mas tanto quanto conhece de muitas passagens de nível, e conhece muitas, principalmente aquelas onde ocorreram acidentes, esta é das mais seguras que a REFER tem ainda em funcionamento; quem não conhece os problemas do Rio Ferreira? Do depósito de inertes há documentos escritos sobre isso, bem como sobre o Nó do Lombelho. Reiterou que ficaria muito satisfeito, com muita sinceridade, que a visita dos Senhores Deputados da Assembleia da República resolvesse todos os problemas sem a presença do Partido Socialista. Que gostaria imenso que isso viesse a acontecer, mas que já cá haviam vindo muitos Deputados da Assembleia da República anos antes, e não se havia resolvido absolutamente nada. Afirmou que não via qual a relação que fora lançada entre a discussão e votação do Orçamento e a visita.-----

Referiu que contactara sempre a D. Isabel Pereira, fora sempre ela que o contactara para marcar e dizer quem ia, foi sempre ela que o contactou não foi mais ninguém da Mesa, portanto era a ela que teria que dar a resposta. ---
"O Partido Socialista mostrou alheamento, desonrou, mostrou desinteresse, mas que é isso? O Partido Socialista não andou em elevado número, com grande participação nas visitas que fizeram às freguesias? Onde é que está o alheamento, o desinteresse do Partido Socialista? Onde é que está a desonra que a falta do Partido Socialista, nas visitas, causou à população? Muito sinceramente não sabe". Considerou totalmente a despropósito a crítica que foi feita por todos, excepto pelo Bloco de Esquerda, a quem prestou as suas honras por não coligar com a coligação. Reafirmou que entende que foi totalmente a despropósito e mais ainda assim que desonrou quem a fez as críticas e da forma que a fez. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, informou que como fazem parte integrante dos anexos do Relatório os requerimentos que o PCP e o PSD apresentaram na Assembleia da República. Defendeu ser esse um caminho importante para, junto da Assembleia da República, fazer saber dos factos e locais que visitaram. -----

Referiu que não estava em discussão se a resolução do problema passava pela presença ou não do Partido Socialista, mas pensa que todos os Partidos juntos, todos a pedirem que as obras sejam efectuadas têm mais força, e foi isso que esteve na base da visita dos Deputados da Assembleia da

República. -----
Outra situação resultante da visita foi a reportagem que o JN fez sobre o aterro dos inertes em Campo, e que todos sabem o que os Órgãos de Comunicação Social fazem, têm força na opinião pública e também lhes dão força pela luta na resolução de muitos dos problemas. -----
Considerou que os Membros da Assembleia Municipal cumpriram a sua função. Levantaram os problemas, pediram a quem está na Assembleia da República que viesse ver e que junto do Poder Central fizessem a sua intervenção, que também é o dever dos Deputados da Assembleia da República, e foi isso que foi feito. Referiu que se a partir daí as coisas não fossem resolvidas, todos teriam que pensar numa forma de resolver, porque os problemas são urgentes e é necessário que sejam resolvidos, para bem da população. -----
O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** disse que o Senhor Deputado Luís Azevedo falara em jogo de futebol, mas que realmente houve um jogo qualquer, mas não foi seguramente de futebol. Que conseguira fugir à pergunta, ou pelo menos tentara. Referiu que ouvira muitas justificações para o Nó do Lombelho mas não ouvira qualquer justificação para a ausência do Partido Socialista, apesar de já terem sido feitas pelo menos duas intervenções da bancada do Partido Socialista. Acrescentou que o Senhor Deputado Luís Azevedo dissera que ia quando queria e quando podia, mas que esperava que não tivesse a veleidade de se assumir como Partido Socialista, o Partido Socialista é muito mais do que o Senhor Deputado individualmente, e a verdade é que acredita que a Instituição, no caso a bancada do Partido Socialista, terá mais que se prender do que o Senhor Deputado individualmente. Disse que acreditava que o Senhor Deputado não tenha que dar justificações a ninguém, nomeadamente a eles, mas com certeza que isso não aconteceria com a bancada do Partido Socialista, nem que seja por respeito às restantes bancadas. O Senhor Deputado Luís Azevedo e depois o Senhor Deputado Casimiro parece que se revelaram contra o sentido crítico da Senhora Presidente. Porventura estariam à espera que o seu sentido crítico só apareceria nas votações e, nomeadamente, nas votações que são a favor do Partido Socialista, porque quando as votações não são a favor do Partido Socialista parecia que haveria sempre algum castigo, e no caso foi não terem aparecido na visita. O Senhor Deputado Casimiro disse que não encontrava a relação, mas para ele não era nada difícil encontrá-la. Não ouviu nenhuma justificação para a ausência do Partido Socialista, e fora cancelada a presença do Partido Socialista depois da votação do Orçamento Camarário, véspera da visita, pelo que para ele não era difícil juntar as duas coisas. A visita fora organizada pelos Líderes de Bancada, pela Mesa com os Líderes de Bancada, com o consentimento dos Líderes de Bancada. O compromisso da bancada do Partido Socialista não fora com a Isabel Pereira, o contacto era feito com a Isabel mas o compromisso foi assumido com outras pessoas. -----

O Senhor Deputado Casimiro dissera que de nada valiam as visitas, mas ele acredita que valem. A Senhora Presidente falou de várias iniciativas Parlamentares que vêm em anexo ao Relatório, mas a verdade é que eles ainda não baixaram os braços, ainda acreditam, continuam a lutar e esperam que os resultados apareçam e por isso é que continuam ali. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** afirmou que deduziu da intervenção do Senhor Deputado Luís Azevedo que não valia a pena andarem com estas coisas, falar outra vez do Nó do Lombelho para quê? São muito próximos, custam quatro vírgula nove milhões de euros, não vale a pena. Lembrou que a população confiou neles para que valesse a pena. Não queria crer, esperava bem que não fosse a visão do Partido Socialista, num fatalismo de que já nada vale a pena. Quando isso acontecesse, nada valeria a pena e então é que não estariam realmente ali a fazer nada.-----

Já em noventa e sete, a Ministra do Ambiente de então, Elisa Ferreira, dizia no estudo de impacto ambiental que fosse satisfeita a exigência da população do local da construção do Nó do Lombelho. Isso poderia ser difícil, mas estavam ali para coisas difíceis. Pediu ao Partido Socialista que ajudasse o Concelho, nomeadamente a população de Alfena e de Valongo, nomeadamente a continuar na luta pelo Nó do Lombelho. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que, fruto das afirmações que haviam sido feitas por parte dos intervenientes do Partido Socialista, achava que havia uma conclusão que era importante consolidarem, é que o Partido Socialista sabe mais do que todos eles sobre o assunto. Quando afirma de uma forma categórica que não adianta nada, supõe que tem a ver com os dados que recebe do Poder Central. Ora, na perspectiva do Partido Socialista não adiantará nada, conhecem melhor o Governo, mas ele continua a achar que valerá a pena. -----

Referiu que tem tido o prazer de ter a presença do Senhor Deputado Casimiro, a maior parte das vezes, nas Conferências de Líderes. Tinha a solidariedade de perceber que a posição é difícil de defender, mas a verdade é que o que estava em causa não era a discussão se vale ou não vale a pena. Decidiram, todos, que fariam um conjunto de visitas aos lugares do Concelho. No final, tendo em conta um conjunto de problemas que haviam sido enumerados, fora decidido por unanimidade, em Conferência de Representantes, com a antecedência de pelo menos dois meses, que a iniciativa seguinte seria uma visita em que estariam presentes todos os Partidos. Passaram para além dos Grupo Municipais, porque no caso o Grupo Municipal é PSD/PP os representantes do PP fizeram diligências para que os Deputados na Assembleia da República do Partido Popular também se representassem, tudo com dois meses de antecedência, e o facto é que toda a gente concordara. A Senhora Presidente da Mesa teve oportunidade de, numa reunião intercalar, durante esse período de dois meses, questionar se as diligências estavam a ser feitas, e não havia problema nenhum, nunca houve problema nenhum. Na mesma semana, informalmente, quando

trocavam impressões sobre quem vinha ou quem não vinha, até lhe haviam dito inequivocamente “nós até temos um Deputado que é Deputado da Assembleia da República e Deputado da Assembleia Municipal e representará o PS”. Disse que achava que o espaço a todas as interpretações foi deixado por quem anuiu, concordou, diligenciou para que se fizessem as coisas sem nunca ser colocada a questão se valeria a pena ou se não valeria a pena. O trabalho que foi feito e tudo o que levou até ali nada fazia prever a ausência, porque havia maneiras de o fazer nos locais próprios e de dizer “nós votamos contra, achamos que isto não vale a pena e portanto não contem connosco”. As decisões foram tomadas e a Mesa teve o cuidado de fazer isso em Conferência de Representantes, tiveram uma reunião da Conferência de Representantes próxima dessa Assembleia Municipal e a verdade é que nada fora dito, e nas seguintes também nada foi dito. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação da Assembleia o prolongamento da sessão, tendo sido aprovado por maioria a sua continuação, com trinta e um votos a favor e um voto contra. -----

De seguida, colocou à discussão o ponto *4.1 Taxa pela emissão do Certificado de Registo do Cidadão da União Europeia, nos termos do artigo 29º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto – Aprovação.* -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que, para ele, aquele era assunto mais complicado que tinha para votar desde que era Membro da Assembleia Municipal. Até agora ainda ninguém lhe conseguiu explicar porque é que a Assembleia Municipal tem que aprovar a taxa. Nem o apoio técnico do seu Partido lhe conseguiu explicar, nem o Governo. Já contactou o Ministério da Administração Interna, e ninguém consegue responder. A Lei diz que compete ao Ministro da Administração Interna fixar a taxa. Se compete, o que é vão ali fazer? Vão reprovar? Conseguem reprovar uma coisa que hierarquicamente é superior? Reforçou que tinha dúvidas em votar aquela matéria e que pressentia que, por omissão, estavam a cometer uma ilegalidade. Na reunião de Líderes o Senhor Vice-Presidente também teve dificuldades em explicar aquele assunto, pelo que questionou se a Câmara já teria alguma explicação. Manifestou ainda dificuldade em perceber como é que havia sido votado por unanimidade na Câmara sem objecções. Votar a favor ou contra é sempre uma acção que, por omissão, pode ser uma ilegalidade. Ninguém pode garantir que é um acto que compete à Assembleia Municipal, se estiverem conscientes até nem compete mesmo. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** também manifestou algumas dúvidas do Grupo Municipal Socialista na interpretação da Lei e da Portaria que regulam a situação, na interpretação que faz o Grupo do Partido Socialista. Disse que a taxa é de sete euros e que o Serviço que passa a taxa é a Câmara, revertendo para os cofres da Edilidade metade dessa taxa. Na prática, até metade do valor da taxa é para a Autarquia. O

ponto dois do artigo quarto da Portaria refere que “o montante a cobrar pela componente municipal do serviço prestado é fixado, de acordo com a legislação aplicável às autarquias locais, pelos órgãos competentes em matéria de fixação de taxas municipais, não podendo exceder o valor correspondente a cinquenta por cento do valor previsto no artigo terceiro”. Assim, o que se iria votar é se querem ficar com os três euros e meio por cada certidão passada ou menos, porque é isso da responsabilidade deles. Disse ainda que o Governo nunca poderia legislar sobre a parte da componente da Autarquia, isso compete a eles, a Autarquia pode cobrar até metade, que é o máximo, mas pode decidir cobrar menos. -----

O Senhor **Vice-Presidente, João António de Castro e Paiva Queirós**, disse que, em linhas gerais, o Senhor Deputado Diomar traçara, no seu ponto de vista, aquilo que efectivamente a Assembleia teria que votar. Explicou que existe uma Tabela de Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais, que foi aprovada pela Assembleia Municipal. Há a fixação de uma taxa supletiva de sete euros, dividida a cinquenta por cento para o Município, que pode votar até esses cinquenta por cento. Os três euros e cinquenta cêntimos dos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras são sempre devidos. Referiu que lhe parecia poder haver uma incongruência entre o número dois do artigo quarto da Portaria e o artigo vinte e nove da Lei que aprovou a taxa. Referiu que, a seu ver, a Assembleia teria que votar até cinquenta por cento da taxa, sendo que os três euros e meio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não estavam em discussão, mas sim o valor de três euros e meio, ou cinquenta por cento, que a Câmara aprovou e que a Assembleia poderá ou não ratificar. Referiu que a Associação Nacional de Municípios não tem uma posição diferente na matéria, tendo explicitado que a Autarquia fizera um contacto formal e outro informal junto desse organismo, que não disse o contrário. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou então à votação o ponto *4.1 Taxa pela emissão do Certificado de Registo do Cidadão da União Europeia, nos termos do artigo 29º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto – Aprovação*, que foi aprovado por maioria com vinte e nove votos a favor, sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, treze votos a favor do grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Grupo Municipal do BE, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e duas abstenções do Grupo Municipal da CDU. -----

Foi apresentada uma Declaração de Voto pelo Grupo Municipal da CDU, que se anexa à presente acta como Doc.11. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** apresentou uma Declaração de Voto relativamente à Taxa pela Emissão do Certificado de Registo do Cidadão da União Europeia, nos termos do artigo 29º da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, anexa à presente acta como Doc.11. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à apreciação o ponto *5. Apreciar a informação escrita do Senhor*

Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que a Câmara fez aprovar na última Assembleia, e tinha alguma urgência nisso, o Organigrama, mas no Relatório não vislumbrava qualquer demarche para aplicar esse Organigrama. -----

Relativamente à beneficiação da Rua da Macieiras, em Ermesinde, que aguarda indicação para abertura de concurso, fazendo um bocado de história e o Senhor Vereador José Luís Pinto também esteve presente em algumas reuniões na LIPOR, na Comissão de Acompanhamento da Nova Central de Compostagem, aquilo que foi dito pela LIPOR, é que a LIPOR ia ajudar a despoluir o Rio Leça e ia beneficiar essa rua, porque devido à circulação dos camiões do lixo, a LIPOR achava que devia ser ela, a Câmara na altura, também concordou. Parecia agora que a Câmara pretendia intervir. -----

Relativamente à proposta do traçado da A4, gostava de ter acesso a essa proposta, assim como pretendia ser informado sobre o arruamento de ligação da Rua Fontes Pereira de Melo à Rua Miguel Bombarda, em Ermesinde. -----

O Senhor **Vice-Presidente, João António de Castro e Paiva Queirós** disse que, relativamente ao Organigrama, fora o mesmo publicado em Diário da República no dia vinte e três de Fevereiro, data em que fora elaborado o Relatório. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia, Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a aprovação em Minuta do ponto 4.1 da Ordem de Trabalhos que foi aprovado por unanimidade. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____